

A favor da metrópole, contra a metrópole: uma perspectiva lefebvriana da contrarrevolução urbana

Pro metropolis, against metropolis: a lefebvrian perspective of the urban counter revolution

Renan dos Santos Sampaio
Universidade de São Paulo – USP
renan.sampaio@usp.br

Resumo

A partir de uma contradição fundamental que se faz presente também na obra de Henri Lefebvre – cidade-campo – este artigo tem como objetivo traçar uma crítica radical à metrópole, caracterizando-a como contrarrevolução urbana. O método aqui aplicado mobiliza criticamente parte da obra de Lefebvre e ilumina a problemática urbana pela sua antítese, precisamente para apontá-la como obstáculo ao *urbano*, baseado no pressuposto de que a hipótese contida na obra de Lefebvre, a urbanização total, contém uma contribuição fundamental na busca por relações emancipadas, diferenciais e autônomas na cotidianidade da cidade mundial. Através das noções de dialética entre forma e conteúdo, de continuidades e descontinuidades e da tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização, a análise da expansão do tecido urbano e da instrumentalização do espaço evidencia, como resultado, a metropolização como um distanciamento cada vez maior do *urbano lefebvriano*, virtualidade (im)possível do devir das grandes cidades.

Palavras-chave: metropolização, revolução urbana, produção do espaço, cidade-campo, centro-periferia.

Abstract

Starting from a fundamental contradiction, which is also present in Henri Lefebvre's work – town-country – this article aims to draw a radical critique to the metropolis, characterizing it as the urban counter-revolution. The method applied here mobilizes critically part of Lefebvre's work and illuminates the urban problematic by its antithesis, precisely to point it as an obstacle to the *urban*, based on the assumption that the hypothesis held within Lefebvre's work, the total urbanization, contains a fundamental contribution to the search of emancipated, differential and autonomous relations in the worldwide city everydayness. Through the notions of the dialectic between forms and contents, continuity and discontinuity, and the triad homogeneity-fragmentation-hierarchization, the analysis of the urban fabric expansion and the instrumentalization of space highlights, as a result, the metropolization as an increasing detachment from the *lefebvrian urban*, (im)possible virtuality of the big cities become.

Keywords: metropolization, urban revolution, production of space, town-country, center-periphery.

Introdução¹

Em sua trajetória intelectual Henri Lefebvre traçou um caminho: do campo para a cidade. Partindo de análises do rural, percebeu a crescente relevância de um fenômeno que se tornaria central na reprodução de capital – *a instrumentalização do espaço*, possibilitada pelo crescimento (e espraiamento) da urbanização. Ainda nos anos 1970 discutiu como o espaço se tornava um instrumento para vários fins, com um objetivo em comum (2019b, p.145). Se a burguesia não conseguia “constituir uma sociedade capitalista coerente à escala mundial, um capitalismo organizado”, conseguia, contudo, “dominar e manter um mercado mundial, frágil, ameaçado no plano monetário, mas sempre presente e mesmo prenhe” (2019b, p.144). Lefebvre indicou então que o(s) espaço(s) especializavam-se, mas sempre remetendo à um centro, que corresponde à concentração de poder, riqueza e informação. Esta extensão do tecido urbano ao nível mundial – metropolização – constitui um processo que não se dá sem conflitos, e que começava, de diferentes maneiras, a ser observado².

Para elucidar os conflitos inerentes e iminentes deste inevitável processo, Lefebvre elaborou a hipótese da urbanização total, conceituando o *urbano*. Este urbano lefebvriano não é uma correspondência direta com a cidade, mas sim uma virtualidade, um possível-impossível, do qual a cidade e o mercado mundial estão prenhes. No processo dialético de explosão-implosão da cidade (2019b, p.79) surge a possibilidade de formação do urbano, de uma sociedade urbana. Sua não realização, contudo, impõe a continuidade da lógica industrial (empresarial) sobre o espaço. Mantém a homogeneidade, a instrumentalização, a hierarquia e a fragmentação, resultando em uma cooptação voltada para o crescimento das cidades – e não para seu desenvolvimento – através de uma relação metropolitana (LEFEBVRE, 2019a, p.186), que coloniza o espaço outro. *A ascensão e afirmação da metrópole representam um obstáculo à formação do urbano lefebvriano.*

Neste movimento a contradição se desloca: de campo-cidade para centro-periferia (*idem*), até o momento em que o dualismo evanesce. O tecido urbano se expande, o campo se urbaniza, o rur-urbano se faz presente (seria ele a expressão do campo colonizado, produzindo e remetendo à metrópole?), o rural se dissolve. As periferias, também elas se dissolvem, constituem centros outros, submetidos, colonizados. Ao mesmo

¹ Este artigo retrata um resultado parcial da pesquisa em andamento realizada pelo autor para elaboração de Dissertação de Mestrado.

² Por exemplo, um pioneiro como Jean Gottmann: *Megalopolis*. New York: XX Fund, 1961.

tempo, campo e periferia são uma necessidade, em suas relações dialéticas (e contraditórias) com a metrópole. Na urbanização generalizada a metrópole prevalece, urbanizando o campo, submetendo os centros outros. Até quando? Para caminhar rumo ao *urbano lefebvriano* devemos nos ater à crítica passadista (crítica de direita) em direção à ruralização das cidades? Ou devemos trilhar o caminho em direção à crítica da cidade e da não cidade, na defesa da transformação das centralidades (crítica de esquerda)? Defender o urbano significa uma imersão na contradição: a favor da metrópole, contra a metrópole.

Neste artigo, pretendemos explorar o caminho em direção à afirmação das *diferenças*, o que não significa escapar de toda a ambiguidade. Segundo o próprio Lefebvre, é preciso aceitar esta situação ambígua, as contradições e seu caráter dialético, pois aceitá-las “não significa ratificar a ditadura dos centros de poder e as planificações autoritárias. Longe disso. Ou antes: pelo contrário” (2019a, p.112). Para explorar criticamente essa possibilidade, desenvolvemos um raciocínio em três itens. O item 1 aborda a previsão de Lefebvre sobre a dissolução do rural, isto é, a expansão do tecido urbano e seu impacto no campo. No item 2 tratamos da hipótese lefebvriana de urbanização total para definir o *urbano*, a *forma urbana*, e o *espaço diferencial* como forma essencial para o urbano. Já o item 3 nos coloca frente à ambiguidade da metrópole – esta contrarrevolução urbana: ponto de chegada e ponto de partida, resgatando a oposição cidade-campo como possibilidade deste ponto de partida, rumo à sociedade urbana. Os apontamentos finais direcionam a problemática em busca de sua concretude, para situá-la e modificá-la.

A dissolução do rural

Para vislumbrar a crítica à metropolização numa via lefebvriana precisamos visualizar seu processo em dois aspectos: a submissão do campo à metrópole e como este processo impede a ascensão do urbano. Começaremos pelo primeiro. Na introdução de uma coletânea de seus artigos intitulada *Du rural à l'urbain* [1970], Lefebvre descreve que o motivo da atenção dada aos problemas da sociologia rural ao fim da primeira metade do século XX decorre de uma conjunção de fatores. De um lado, a busca por uma oportunidade de aplicação da crítica radical à filosofia; de outro, um problema concreto relacionado à vida camponesa, seu papel na construção do socialismo (1978, p.7). Perspectivas diferentes permeiam o referencial de esquerda sobre o campo nesse período: a reforma agrária, o deslocamento das possibilidades de revolução a realidades subdesenvolvidas, o campesinato mundial como sujeito revolucionário. Estas perspectivas, segundo Lefebvre, perdem, pouco

a pouco, sua importância, com o esgotamento das potencialidades revolucionárias do campesinato (1978, p.8).

Lefebvre percebe a situação já em transformação, apontando que o que se passa modifica (ou deveria modificar) o pensamento marxista. Do eixo de análise da *produção* material no capitalismo competitivo e suas decorrentes desigualdades – as relações de produção e de propriedade, a repartição dos bens produzidos e da mais-valia global – para o eixo de análise da *organização do consumo*. Se não uma mudança na estruturação dos problemas, isto representaria uma adição, um campo a mais para a investigação do materialismo histórico, o *cotidiano*:

Nos encontramos, portanto, ante uma nova situação a elucidar, se queremos compreender o que se passou no século XX, o que resta do pensamento marxista. Como elucidá-la? Estudando a vida cotidiana, lugar desta mudança: necessidades programadas, prática modelada por manipulações, mas também ‘matéria e subprodutos que escapam aos poderes e formas que impõem seus modelos (1978, p.9)³

Com esta percepção do cotidiano Lefebvre traça um caminho alternativo dentre os dogmatismos e estruturalismos. Na extrapolação dogmática a crítica do cotidiano afirma que uma nova cotidianidade produziria toda uma nova sociedade; na submissão estruturalista, o cotidiano fica subordinado às relações de produção da sociedade capitalista, lhe conferindo um caráter imóvel. Para Lefebvre o cotidiano é parte inerente da reprodução de capital, garantindo-lhe uma sobrevivência. A crítica radical do cotidiano o faz emergir como elemento estratégico na luta de classes: do domínio da natureza à apropriação da vida e dos desejos. A cotidianidade programada “remete a uma estratégia de classes que modifica as relações de produção sem transformá-las”. Ela “serve ao desenvolvimento do mundo da mercadoria e do mundo do Estado. Mas, com isso, a sociedade em seu conjunto se transforma, e de industrial passa a ser urbana” (1978, p.10).

O argumento pretendido aqui não nos leva a um desenvolvimento da investigação do cotidiano. Antes, o considera. Nos interessa a passagem da sociedade industrial para a urbana, pois há nela um fato novo que ‘modifica as relações de produção, embora não as transforme’. Lefebvre indica uma diminuição na relevância das questões ligadas ao campo, e o faz por prever a crescente importância do papel da urbanização. A crítica ao cotidiano elucidada esta passagem ao fornecer uma visualização do poder de coerção

³ Todas as referências citadas neste artigo que foram consultadas em língua que não português serão apresentadas aqui em tradução livre pelo autor.

crescente da cidade frente ao campo – em países capitalistas ou socialistas, desenvolvidos ou subdesenvolvidos – a ponto de inverter a dinâmica global: do predomínio do rural ao predomínio do urbano, sem com isso superar as contradições do período industrial. O campo se urbaniza e a cidade explode, o consumo dirigido exerce sua pressão sobre a produção, a vida e os desejos campestinos, empurrando-os para a realidade urbana. A relação campo-cidade tende a transcender

quando no tecido urbano realizado se reabsorvem simultaneamente o antigo campo e a antiga cidade. O que define a ‘sociedade urbana’ é acompanhado de uma lenta degradação e desaparecimento do campo, dos campestinos, da vila, assim como de uma explosão, uma dispersão, uma proliferação desmensurada do que antigamente foi a cidade (1978, p.15)

Esta é uma conclusão que parece surgir somente no direcionamento da análise para a cidade, quando ‘o olhar sobre a problemática urbana ilumina o que o antecede’. Mas a noção de desaparecimento do campo já estava presente quando Lefebvre elabora sua análise dos *Problèmes de Sociologie Rurale* [1949], onde, ao estudar a comunidade rural, aponta que ela se mantém e se defende frente a diversos modos de produção distintos. “Persiste, mais ou menos viva, em ascensão ou dissolução, desde os tempos mais remotos até os nossos dias” (1978, p.27). Mesmo com esta resistência, é possível que ela desapareça por completo, pois “não tem nada de imutável ou de eterna, em certas condições desapareceu ou desaparece”. Se neste artigo Lefebvre já esboça esta possibilidade, lhe falta ainda prolongar a análise, apreendendo o espaço de modo global. Como fator preponderante de seu argumento não aparece a questão da urbanização (metropolização), mas sim da mecanização da agricultura. Afirma que “nas formas industrializadas da agricultura [...] já não se pode falar de aldeia ou comunidade rural no sentido preciso destes termos” e tensiona o argumento com uma (im)previsão: “Como toda realidade histórica, a comunidade campestina se desenvolveu, se reafirmou e se dissolveu” (1978, p.35).

A previsão parece clara: a dissolução do campo se apresenta como ponto fundamental da transição para uma modernidade fundada sobre a urbanização e que confere importância crescente ao espaço edificado das cidades e à extensão dos tecidos urbanos, instrumentalizando-os para a reprodução de capital. A cooptação do espaço induz a concentração nas cidades e, com isso, tensiona as relações no campo, até seu desaparecimento (como comunidade rural). As estruturas da vida campestina se tornam cada vez mais ligadas à metrópole: a propriedade fundiária, a monocultura, a divisão social do

trabalho rural, a mecanização, o agronegócio, o cotidiano e os desejos urbanizados. Os mais diversos aspectos que constituem o campo não escapam do movimento metropolitano, das necessidades metropolitanas, dentro de uma hierarquia de submissão que reduz o espaço campesino à condição de produção, de extração, de lazer e turismo e de espaço em disputa. O campo resiste, mas não mais como comunidade rural, e sim como extensão do tecido urbano (o rur-urbano). Estaríamos, portanto, diante de um caminho sem volta, no qual a força da metrópole só faz se afirmar, impondo a desigualdade como condição *sine qua non* da produção humana mundial, sufocando qualquer chance de desenvolvimento? Apresenta-se a imprevisão: nem tudo se submete à metrópole sem que com isso se crie um novo ‘tecido urbano’. Assim, abre-se a *possibilidade*. Temos condições de afirmar que o urbano lefebvriano indica este caminho, uma superação da condição metropolitana, sem cair no passadismo aldeão ou no argumento anti-urbano. O urbano lefebvriano, que está contido na metrópole e no mercado mundial como virtualidade possível-impossível, implode as relações metropolitanas, a cidade e o campo, não em direção ao passado, mas ao futuro urbano.

A urbanização total e o urbano

O ponto inquestionável para Lefebvre na marcha histórica da sociedade é o processo de urbanização, inevitável pela inegável vantagem da aglomeração urbana em termos políticos, econômicos e sociais. Essas vantagens se traduzem em uma palavra: concentração. “A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares [...] O que ela cria? Nada. Ela *centraliza* as criações. E, no entanto, ela cria tudo” (2019a, p.133, *itálico no original*). As relações possibilitadas por essa concentração (da produção, do poder, do capital) no espaço da cidade determinam um sentido no desenrolar da história humana que aponta para a constituição – construção física e mental – da cidade como o objeto a ser produzido e apropriado (condição, meio e produto) para garantir a (re)produção destas mesmas relações. *A cidade é a obra humana por excelência, aprisionada paulatinamente como produto*. Em seu caráter de obra, a cidade permite outras relações; como produto, permite somente as mesmas relações, ou a não-relação. Somente aqueles que concentram (os meios de produção, as estruturas de poder, a propriedade privada) conseguem aprisioná-la na forma produto em nome de seus interesses. Quem

poderia libertá-la? Esse questionamento só pode ser respondido à luz dos acontecimentos. Por ora, nos resta identificar aquilo e aqueles que a aprisionam.

Partiremos então para o segundo aspecto de nossa crítica à metropolização: como ela impede a ascensão do urbano. O ponto de partida está na instrumentalização do espaço e na submissão do campo pela metrópole. É possível que só em *Une pensée devenue monde: Faut-il abandonner Marx?* [1980], ou seja, somente após extensiva análise e produção sobre a cidade, Lefebvre consiga apontar este processo com clareza sintética, indicando com isso mais uma modificação necessária ao campo marxista⁴. Segundo ele, em Marx o espaço aparece apenas como a soma dos espaços de produção e de variados mercados, o que não supõe maiores problemas relacionados à cidade. “A relação entre cidade e campo aparece, sobretudo, como uma instância da divisão do trabalho” (1980, p.149). Essa realidade se modifica na modernidade, com a cooptação capitalista da cidade histórica e da agricultura, contando ainda com a intermediação do Estado. Se configura um novo modo de produção, sem que necessariamente se transformem as relações de produção. Se o campo se dissolve, não é em nome da emancipação da população campesina, mas sim de sua (maior) submissão ao capital, ao espaço instrumentalizado. A realidade que impõe modificações na análise abriga três características fundamentais da instrumentalização do espaço. “Agora, este espaço, produzido pelas atuais relações de produção, reprodução e dominação [...] se enquadra no esquema homogeneidade-fragmentação-hierarquização” (1980, p.151).

Este esquema merece atenção, pois representa uma maneira de sintetizar o processo, sem, obviamente, esgotá-lo por inteiro – o que não o invalida como um esquema geral. Essa tríade nos apresenta um movimento: de expansão do tecido urbano e, conseqüentemente, de dissolução do campo. Ela não só confirma a percepção anterior, a diminuição da relevância do campo; ela antecipa uma dinâmica do capital que se firma no último quartel do século XX e se prolonga ao início do século XXI, e que só pode ser denominada como *metropolização*. Em que consiste esse movimento?

i) A *homogeneidade* diz respeito à formatação do espaço, para possibilitar e facilitar sua reprodução. A divisão em lotes geométricos, criação dos (mesmos) desejos, a reprodutibilidade dos materiais e das técnicas, a generalização dos (mesmos) usos. Tudo isso é orientado para a reprodução de capital. Trata-se de um “consumo repetitivo no espaço” que “faz emergir um tédio permanente. O curioso acoplamento entre mal-estar e satisfação

⁴ É verdade que em *La pensée marxiste et la ville* [1972], e em obras anteriores, Lefebvre já teria desenvolvido argumentos nessa direção, mas estamos considerando a identificação do processo de maneira precisa e concisa.

opera em seu máximo”. Tal lógica se aproxima à lógica da mercadoria, que enquadra também um dos principais conceitos lefebvrianos. A “distância que se torna um abismo entre o produto (que é multiplicado na homogeneidade) e a obra (que se torna uma raridade na diferença)” (1980, p.152) estabelece a contradição entre *obra* e *produto*.

A homogeneidade se conecta de forma direta com a questão do cotidiano, operando uma uniformização do imaginário coletivo. Longe, contudo, da construção de uma democracia real, a homogeneização do espaço e do consciente significam uma desigualdade crescente, pois modificam estes dois níveis à imagem da metrópole. Não há *diferenças*, mas um jogo de espelhos, em que o mais fraco é coagido à forma do mais forte. “Através da organização e da informação, é produzido um tipo de unificação do espaço mundial, com pontos fortes (os centros) e bases mais fracas e dominadas (as periferias)” (1980, p.152). Trata-se do espaço total e, portanto, de uma dominação em várias dimensões. Uma transformação cada vez maior em uma única direção: a cidade, o campo, as periferias (o espaço) como produtos.

ii) A *fragmentação* representa a alocação no espaço de diferentes (mas sempre as mesmas) funções, isto é, na especialização de determinados lugares. Lefebvre sinaliza que esta divisão é evidente nos espaços da cidade: espaços de moradia, de lazer, de fluxo, de trabalho. É evidente também no espaço mundial: espaços orientados para determinadas produções, espaços de servidão para infraestruturas e transporte, espaços de decisão. O espaço mundial e da cidade se fragmentam numa coerência formulada pelo capital e mediada pelo Estado.

“A separação de elementos e componentes é, por um lado, *fictícia*, porque não podemos separar completamente as funções, os ‘equipamentos’ [...] e, ao mesmo tempo, *real* [...] O espaço – como o trabalho – se torna parcelado: justaposição de parcelas fixadas à uma atividade parcial, cuja totalidade, o processo de habitá-lo, escapa aos seus participantes” (1980, p.153-154, *itálico no original*)

Curioso movimento que unifica e separa, a forma homogênea contém um conteúdo fragmentado. O parcelamento das atividades no espaço só é possível pela relação de ordem estabelecida neste conteúdo. Apesar de seu caráter homogêneo, há uma hierarquia, que torna esta homogeneidade aparente uma ficção, utilizada para manter a segregação real. Fragmentação e homogeneização implicam na *hierarquização*, não somente porque se estabelece uma relação dialética entre elas, mas porque a hierarquia permite o espraiamento do processo. A organização da planificação, dos eixos, dos vazios, delimita uma hierarquia,

enquanto a alienação resultante da fragmentação e da homogeneização do espaço são possibilitadas por ela. A interação entre as diferentes escalas, contudo, é um trunfo que derruba os possíveis limites à coerção metropolitana, pois a hierarquização assume “formas gerais e específicas: a distinção entre os pontos fortes do espaço e os *centros* [...] e as *periferias*, elas também hierarquizadas, mais ou menos distantes de tal centro principal ou secundário” (1980, p.155, *itálico no original*)

iii) Homogeneidade-fragmentação-hierarquização é uma tríade que permite compreender o que se passa no espaço como um todo, a partir da urbanização generalizada. Este movimento corresponde à ideia de metropolização, porque implica na colonização de espaços em favor de um centro. A homogeneização aproxima o espaço do *produto* – o torna reprodutível, repetitivo, geométrico, mensurável. Aproxima-o da abordagem industrial (empresarial). Mas nem todo o espaço pode ser o mesmo, existem funções a cumprir. Diferentes ramos produtivos se instalam de acordo com suas “vocações”: vantagens geográficas, condições naturais, presença de mão de obra. A produção fragmentada no espaço alimenta o mercado mundial e, para isso, os produtos precisam servir aos mesmos desejos, se encaixar nos mesmos espaços (um espaço adequado para os mesmos produtos ou produtos adequados para os mesmos espaços?). Nada disso funciona sem uma ordem. A metrópole se impõe como ordem estabelecida: ela controla a produção, as ideias, os fluxos. Mas ela também controla as concentrações: de riqueza, de informações, de poder. As metrópoles mundiais estabelecem sua hierarquia a todo o espaço. As metrópoles regionais se submetem às mundiais e *semicolonomizam* as metrópoles locais e pequenas cidades. E assim em diante.

Nesse movimento, qual o papel do campo? Nos parece claro que a comunidade rural, dotada de certa autonomia, de fato se dissolve, conforme previsto por Lefebvre. Homogeneização-fragmentação-hierarquização, aplicadas ao espaço mundial, são, portanto, aplicadas também ao espaço que correspondeu um dia ao campo. Mas o urbano lefebvriano não lhe reserva este caráter submisso; se o fizesse, estaria apenas endossando a metropolização. O campo, na sociedade urbana, também se urbaniza, mas com outra relação, que não aquela do predomínio da lógica industrial (empresarial), e com isso *cria* outro tecido urbano. A possibilidade está na concentração da metrópole que sempre busca “um outro centro, uma periferia, um alhures [...] esse movimento, produzido pelo urbano, produz, por sua vez, o urbano. A criação se interrompe, mas, por sua vez, para criar” (2019a, p.134). No início de *La Révolution Urbaine* [1970] Lefebvre traça sua hipótese: a urbanização total da

sociedade. Esta hipótese demonstra a complexidade de seu raciocínio sobre a produção do espaço e sobre como a realidade urbana “modifica as relações de produção, sem transformá-las, tornando-se uma força produtiva, como a ciência” (2019a, p.31). Nessa operação o induzido torna-se o indutor; o dominante, o dominado. Paradoxalmente, o papel do campo se encontra dentro da urbanização total.

O “urbano é o possível e obstáculos atualmente o tornam impossível” (2019a, p.31). Longe do que pode parecer num primeiro (e apressado) olhar, Lefebvre não indica com sua hipótese de 100% de urbanização uma transformação do espaço mundial em espaço urbano *stricto sensu*: o espaço edificado da cidade, a aglomeração urbana, espalhando-se por todo o globo. Indica, na verdade, uma realidade urbana *lato sensu*: a preponderância das relações urbanas em escala mundial. A sociedade urbana para Lefebvre, aquela objetivada em sua hipótese, não é a sociedade que habita exclusivamente o espaço edificado de alguma(s) cidade(s); é aquela que habita o mundo: “o *objeto virtual* não é nada mais que a sociedade planetária e a ‘cidade mundial’” (2019a, p.33, *italico no original*).

O mundo da sociedade urbana seria, portanto, aquele no qual as diferenças se conservam (entre diferentes cidades, entre cidade e campo) e se relacionam. Onde há primazia da cidade, mas não dominância. Esse último aspecto é justamente o que diferencia a realidade urbana (alvo, objetivo) da realidade atual, metropolitana. *A contemporaneidade se apresenta como sucessão do período industrial, não como sua superação*. Nesse sentido, a metrópole é a “herança” da cidade industrial, a sua continuação após a explosão-implosão, que não permite o urbano, pois não supera as questões provindas da indústria, apenas as expande e tensiona. A constituição dos mercados mundiais, a superação das fronteiras e das barreiras espaço-tempo, a mecanização da agricultura mundial e sua submissão aos grandes centros urbanos, a submissão de cidades às metrópoles centrais. Todas essas características (e outras) são inerentes à uma realidade que se apresenta como continuidade da era industrial, segregadora, homogeneizante, hierarquizada. Dentro da hipótese que estamos tentando construir a metropolização somente contribui para a consolidação (e expansão) da cidade como produto. *A metrópole é a expressão espacial e total deste fenômeno*.

Importante ressaltar: a metrópole se configura como oposição à cidade, tal como a cidade ao campo (formas). Assim, urbano se opõe a rural, e os dois se opõem a metropolitano (conteúdos). Trata-se de um problema entre formas e conteúdos. Em que pese um aparente descolamento possível entre eles, há ou deve haver uma correspondência, que impõe limites. Embora uma mesma forma possa abrigar diferentes conteúdos, determinados

conteúdos podem apenas fantasiar-se de formas que não os correspondem. Uma investigação apurada logo demonstra estas correspondências e seus limites. Dessa maneira, *a metrópole é incapaz de produzir o urbano, pois sua forma remete a outro conteúdo*. Ela se apropria do urbano sem realizá-lo. Seu conteúdo (metropolitano) simula o urbano (sem êxito), pois não corresponde à forma cidade (diferencial, heterogênea). O urbano lefebvriano é fruto da urbanização generalizada, mas não está na forma da metrópole – extensão da cidade-centro acompanhada da submissão dos espaços (semi)colonizados. É preciso resgatá-lo desta apropriação.

Como vimos, a cidade concentra. Esta característica lhe confere o elemento principal de sua forma. “Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na *centralidade*. Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça” (2019a, p.132, *italico no original*). Não se trata de mera forma espacial. A centralidade indica relações, e estas relações, por sua vez, constituem o conteúdo urbano. Sendo centralidade, como se opõe ao metropolitano? “Resultado da complexificação do social, o urbano constitui racionalidade prática, vinculando *forma e informação*” (2019a, p.149, *italico no original*). Para Lefebvre, a forma que corresponde ao urbano é a do *espaço diferencial* – policentralidade organizada em iso-topias, hetero-topias e u-topias – diametralmente oposta à metrópole do espaço homogêneo, que substitui a policentralidade por segregação: um centro e seus espaços submissos. Se “a diferença é informante e informada”, a separação e a segregação “rompem a informação” (2019a, p.149). A metrópole concentra e segrega, torna impossível a reciprocidade da informação porque impõe uma via única. Seus espaços colonizados (pequenas cidades, periferias)? Devem reproduzir as mesmas informações, as mesmas relações, as mesmas formas, sem criar outras centralidades. Quando muito, suas centralidades remetem à metrópole. O campo? Para a metrópole, deve se tornar um espaço colonizado.

A grande possibilidade do urbano lefebvriano se desenha. O espaço diferencial “retém particularidades, retomadas através do filtro do espaço homogêneo [...] As particularidades cuja homogeneização não foi levada a termo sobrevivem, restabelecem-se com outro sentido” (2019a, p.148). Lefebvre sinaliza uma saída para o movimento homogeneização-fragmentação-hierarquização, pontuando que precisamente a metrópole e aqueles que continuam presos à sua racionalidade obstruem essa saída:

O urbano, essa virtualidade em marcha, essa potencialidade que já se realiza, constitui um campo cego para os que se atêm a uma racionalidade já superada, e é assim que eles correm o risco de consolidar o que se opõe à sociedade urbana, [...] a saber, *a segregação generalizada, a separação, no terreno, de todos os elementos e aspectos da prática social, dissociados uns dos outros e reagrupados por decisão política no seio de um espaço homogêneo* (2019b, p.82, grifo próprio)

A favor da metrópole, contra a metrópole

Lefebvre assume a inevitabilidade da urbanização e seu crescimento, num processo dialético em que a cidade se constitui – explode – e se refaz, numa extensão maior do que antes. Este processo dialético *poderia levar à constituição do urbano*. Mas pode também apenas levar à formação do metropolitano, ‘uma colonização do espaço urbano’. A expansão do domínio edificado, a constituição de subúrbios, periferias, cidades-satélites, a conurbação, são fenômenos que expressam uma não-relação ou, ainda, uma mesma relação. Além disso, atuam no afastamento (desaparecimento?) da fronteira entre cidade e campo e na fetichização deste. As cidades pequenas e médias (semicolonizadas) e o campo, existem somente *em função* da metrópole – espaços de lazer, de extração, de produção orientada; de extensão e subserviência à população metropolitana – e não *em relação com* a cidade – de autonomia, de produção diversificada; constituindo suas próprias relações internas e, através delas, relacionando-se com outras. Da mesma maneira as cidades que, através da metropolização, passam a conceber não mais seus próprios espaços, mas sim os mesmos espaços (infraestruturas, espaços de trabalho, as formas edificadas, os materiais utilizados), sob influência das metrópoles mundiais, numa clara *colonização espacial*. Se por um lado há a relação de dominação, por outro, há uma não-relação, interna à cada uma destas formações: a não-relação urbana. Frente à essa ‘generalização do produto’, por que não argumentar somente contra a metrópole? Porque é através dela que o tecido urbano se generaliza. “O processo dialético é o seguinte: a cidade – sua negação pela industrialização – sua restituição a uma escala muito mais ampla que outrora, a da sociedade inteira” (2019b, p.79)

Precisamos, no entanto, enquadrar a metrópole como uma *contrarrevolução urbana* – uma negação prática, porque obstáculo à construção teórica e social do

(im)possível – e podemos enumerar as pistas deixadas por Lefebvre neste sentido. Na definição que faz da *sociedade urbana*, ele indica que:

“reservaremos o termo ‘sociedade urbana’ à sociedade que nasce da industrialização. Essas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas. Um importante aspecto do problema teórico é o de conseguir situar as descontinuidades em relação às continuidades, e inversamente. *Como existiriam descontinuidades absolutas sem continuidades subjacentes, sem suporte e sem processo inerente? Reciprocamente, como existiria continuidade sem crises, sem o aparecimento de elementos ou de relações novas?*” (2019a, p.18, grifo próprio)

Dentre as questões que suscita esta passagem, Lefebvre afirma que a sociedade urbana é aquela que nasce da industrialização. Seria banal inferir que a sociedade urbana é a “pós-industrial” ou mesmo a metropolitana, que nasce naturalmente de um processo que ‘domina e absorve a produção agrícola’. A pista encontra-se no que se segue: situar as continuidades e descontinuidades é fundamental. Lefebvre situa a sociedade urbana como posterior à sociedade industrial, mas não a caracteriza, com isso, como uma mera continuidade daquela; sabe que mesmo na descontinuidade deve permanecer alguma continuidade. A sociedade urbana emerge da industrial, não para continuá-la, mas para superá-la, sem que com isso, contudo, como formação de determinado espaço-tempo histórico, possa surgir do nada, efetuar uma ruptura, sem nenhuma conexão com o anterior (e com o posterior). As continuidades e descontinuidades que a sociedade urbana estabelece em relação à industrial são peças-chave para entender o papel da revolução urbana.

Somente se compreendemos esse ponto podemos avançar em direção à hipótese lefebvriana de urbanização total sem cair na armadilha de um possível elogio à formação metropolitana ou de um espraiamento desmedido das cidades (tecido urbano) em escala mundial. Se o crescimento das cidades é uma continuidade, essa continuidade não poderia se dar sem o aparecimento de crises, acarretando descontinuidades, o que acontece de fato: esta expansão encontra limites naturais, humanos, materiais e abstratos, estabelece contradições com o território, com o poder, com a economia, com o planejamento. As ciências parcelares dão conta de identificar estas crises, os problemas, verificar seus limites, mas nem sempre conseguem apontar a descontinuidade total necessária, da qual a metrópole se encontra prenhe. *Não seria a ruptura com a lógica (fetiche) da mercadoria a descontinuidade capaz de fazer emergir o urbano?*

Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem seus efeitos ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. [...] Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. [...] A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária (2019a, p.19)

Lefebvre observa alguma descontinuidade entre a era agrária e a industrial. Embora se conservem alguns aspectos e particularidades da produção agrícola (continuidades), há uma inversão na qual esta produção se torna submetida à produção industrial. Mas, em sua análise, desta descontinuidade se procede uma continuidade, o urbano subordinando diretamente a agricultura mundializada, a produção agrícola industrializada, corroendo “resíduos da vida agrária” e assim sucessivamente. Torna-se relevante a extensão do tecido urbano, pois sinaliza a dominação da cidade sobre o campo, da indústria sobre o campo, mas não do urbano sobre ambos. Há aí uma contradição. Se tecido urbano não designa a extensão do domínio edificado, mas sim a extensão das relações que são a comprovação e a forma deste domínio, inclusive no mundo agrícola, então a continuidade da expansão do tecido urbano presume sua própria descontinuidade, já que ao se expandir, inevitavelmente, cria um novo tecido urbano.

Derivemos o pensamento para a passagem da era industrial para a era urbana. Continuidades, descontinuidades, tecido urbano: são estes os pontos centrais para a observação do fenômeno. Se a era urbana é o momento histórico no qual as problemáticas da sociedade urbana passarão ao primeiro plano, temos uma direção. Mas, nem tudo cabe na perspectiva dessa direção e mesmo se modificada “a problemática urbana não pode absorver todos os problemas. A agricultura e a indústria conservam os seus problemas próprios, mesmo se a realidade urbana os modifica”. Este ponto corrobora a contradição, lhe confere o caráter dialético. Ao afirmar a cidade, (e negar a metrópole), afirma-se também o campo, não em seu caráter rural, mas em sua relação urbana. Dessa maneira “cabe ao analista descrever e discernir tipos de urbanização e expor o que se tornam as formas, as funções, as estruturas urbanas transformadas pela explosão da cidade antiga e pela urbanização generalizada” (2019a, p.32-3).

Há continuidades: o tecido urbano é proveniente da era agrária e da era industrial; determinadas relações se mantêm, embora modificadas, tensionadas, problematizadas. As distâncias, os *lieux-dits*, a mobilidade, as centralidades, são ressignificados no urbano. Há descontinuidades: o tecido urbano explode; determinadas

relações *precisam* deixar de existir para que possibilitem o surgimento de outras. A troca dá lugar ao uso, o contrato dá lugar ao costume, o crescimento dá lugar a desenvolvimento. Contudo, este não é um processo garantido, há obstáculos. A metropolização se apresenta como resistência global e prática conservadora da ordem dominante. A hipótese da urbanização completa se apresenta como um “ponto de chegada dos conhecimentos adquiridos e como ponto de partida de um novo estudo e de novos projetos [...] a sociedade urbana está em gestação” (2019a, p.20).

Dialeticamente, o urbano se apresenta como uma dificuldade e uma possibilidade. Está em *formação* na sociedade metropolitana, mas é preciso buscá-lo, concretizá-lo. A metrópole é “ponto de chegada dos conhecimentos adquiridos” de modo linear e parcelar, apenas porque representa a sucessão espaço-temporal da industrialização e atesta o fenômeno da urbanização como central na produção do espaço. Mas é ponto de partida da urbanização completa: ela não representa a sociedade urbana mundial; ela não é a forma da cidade mundial. *A metrópole ainda é o mundo invertido, o obstáculo que se precisa inverter rumo ao urbano.* Qual a relevância de trazer à tona, então, a oposição cidade-campo, se o fenômeno se resolve, aparentemente, na explosão da metrópole? Esta pergunta só pode ser respondida pela via da (des)continuidade, porque o campo, sobretudo, dá origem à aglomeração urbana, sendo depois dominado por ela. Observa-se que a continuidade linear não se dá pelo fato da existência do campo como espaço circundante da cidade, mas sim pelo tipo de relação estabelecido entre campo-cidade. Nesse aspecto, a oposição cidade-campo revelaria sua potência: a possibilidade de uma relação-outra, de afirmação de *diferenças*.

De uma perspectiva histórica, Lefebvre pontua a relevância da oposição cidade-campo como a produção do consciente coletivo num momento de inflexão da era agrária para a era industrial. “[A cidade] entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da oposição ‘cidade-campo’” (2019a, p.27). *A consciência e o conhecimento* são produzidos a partir desta nova oposição “de iguais”. Cidade-campo se materializa como uma contradição de termos equivalentes. Para cada cidade, há o campo, um espaço que a alimenta, que a determina, que impõe limites. Para o campo, há a cidade, o lugar ao qual se remete. Por sua vez, a indústria eleva a produção da consciência e do conhecimento ao patamar da escala mundial. O crescimento da indústria:

“vai do escambo ao mercado mundial, da troca simples entre dois indivíduos até a troca dos produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos. A compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital parecem varrer os obstáculos. [...] *A problemática urbana* impõe-se à escala mundial” (2019a, p.30-31, *itálico no original*)

A passagem do industrial ao urbano torna secundárias as contradições de seus antecessores. A escala mundial e a metrópole impõem a relevância de outras contradições, porque impõem a relevância de outros produtos. O espaço metropolitano e as mercadorias metropolitanas se apresentam. O trabalho improdutivo, o conhecimento, a tecnologia, as mercadorias fictícias⁵ se reúnem na metrópole e iluminam a necessidade de *metropolização total*: constituição de centros cada vez mais poderosos e periferias cada vez mais submissas. Distancia-se da Revolução Industrial sem se aproximar e nem consolidar a Revolução Urbana: uma contrarrevolução urbana está em curso.

Em meio à fase crítica da era urbana, a sociedade urbana ainda se mostra como uma possibilidade e não uma realidade, por conta das continuidades que permanecem no tecido urbano e contribuem para a mercantilização do espaço: segregação, homogeneização, dominação, concentração de poder, de riqueza, de informações, de infraestrutura. Tudo isto consolidado numa forma, a metrópole. O que ela obscurece? As possibilidades. Como continuidade, a metrópole reafirma a produção da consciência e do conhecimento das passagens da era agrária para a industrial e da industrial para a urbana: a constituição do mercado mundial. Seria a sua descontinuidade a formação da cidade mundial e a ruptura com o fetiche da mercadoria? Retomar (atualizando) a oposição cidade-campo para a constituição de relações diferenciais entre campo-cidade-periferia, objetivando esta cidade mundial, poderia ser um passo em direção à não-metropolização (resistência à contrarrevolução) e na constituição da sociedade urbana? O urbano modifica qualitativamente cidade e campo, centro e periferia, irrompendo dualismos em favor de uma unidade na diferença. Este salto qualitativo tem como necessidade duas fases dialéticas: a favor da metrópole, contra a metrópole.

Apontamentos Finais

⁵ Utilizo com ressalvas o termo cunhado por Karl Polanyi (1980). Mercadoria fictícia seria uma redundância em termos marxistas, pois para Marx a própria forma mercadoria é um fetiche, uma ficção (ver item 4 *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*, Cap.1 d’*O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2017 pp.146-158). Não cabe aqui desenvolver este ponto, e o termo, amplamente aceito, ilustra de alguma maneira o paradigma da reprodução de capital D-D’ (renda, juros), sem valorização do valor.

Se faz necessário encerrar este artigo não com uma conclusão, mas sim com apontamentos, direções que poderiam se seguir a partir do exposto aqui. Bastaria eleger um objeto, uma situação concreta, para tensionar a problemática. O *urbano lefebvriano* como possibilidade (im)possível nos apresenta questões e torna clara a denúncia do caráter opressor da *metropolização* que, ao contrário de uma concepção comum e banal, designa algo simultaneamente global, profundo e cada vez mais enraizado no consciente, no cotidiano, garantindo a continuidade das relações que nos aprisionam ao mundo invertido. Desse mundo invertido se apresentam as dinâmicas que impõem a relação desigual e segregada centro-periferia, obscurecendo as particularidades do espaço (e da vida). Retomá-las não significa um retorno ao passado ou uma negação da grande cidade: *a grande cidade é inevitável*. A superação da dicotomia centro-periferia deve ser acompanhada de uma apreensão e uma apropriação total do espaço, em seu caráter diferencial. Isto implica, inclusive, na oposição cidade-campo compreendida como relação urbana, mediada pela policentralidade, pelas diferentes *topias*. Vislumbrar este caminho torna possível objetivar o espaço (e a vida) através de relações de maior autonomia: desenvolvimento em lugar de crescimento.

Se, numa hipótese, tomássemos como objeto a América Latina, ou mais particularmente o Brasil, a problemática seria tensionada em diversos pontos que suscitariam duplamente a abordagem lefebvriana, tomando-a como referência, mas modificando-a. Podemos ilustrar três desses pontos, a título de apontamentos:

a) As condicionantes históricas: numa abordagem necessariamente *mundial* da história, retomar as particularidades de uma trajetória que, num determinado momento, remete à um período no qual a relação metrópole-colônia aparece em seu sentido mais explícito. “Outrora, todo o território metropolitano desempenhava, em relação às colônias e semicolônias, o papel *central*, absorvendo as riquezas, impondo sua ordem” (Lefebvre, 2019a, p.186, *itálico no original*). Esta imposição gerou conflitos e desigualdades num espaço que se inseria no movimento mundial sem um prévio embrião de urbanização (aos moldes europeus). A hipótese e a análise lefebvrianas supõem uma transição: da cidade política para a cidade mercantil, desta para a cidade industrial e, então, para a zona crítica, que abriga a possibilidade da sociedade urbana. Uma transição claramente europeia, num contexto em que as aglomerações urbanas aceleram seu crescimento e aumentam sua importância no período pós-feudal, organizando o campo em função da cidade (um processo que talvez remeta à cidade política). Não ocorre o inverso no território colonial: uma

organização da cidade em função do campo? As cidades não se constituíram como entrepostos comerciais, para escoar a produção agrícola e as riquezas extraídas em direção às metrópoles europeias? O que acontece após essa inserção das colônias no mercado mundial, por meio do processo de acumulação primitiva⁶, poderia ser compreendido através da hipótese lefebvriana da semicolonização de seu território interno, até sua emancipação formal, que apenas representa um outro tipo de submissão. As colônias, transformadas em países subdesenvolvidos, ‘possuem simultaneamente os três momentos: agrário, industrial e urbano’. Isto implica em modificações da análise, não só pela importância do papel do campo na urbanização – e daí a relevância da oposição cidade-campo – mas também pelo entendimento histórico da propriedade fundiária. Se o movimento do capital e da propriedade da terra expressam a dinâmica da oposição cidade-campo e no subdesenvolvimento essa transição se “atrasa”, ocorrendo simultaneidade entre elas, há claras implicações na cidade e para a formação do *urbano* que precisam ser consideradas.

b) As estratégias políticas: numa abordagem necessariamente *mundial* da política, é preciso compreender que o processo de metropolização não ocorre sem conflitos e sem a devida mediação do(s) Estado(s). Muito além de um processo imperialista constituído da dinamização do mercado mundial, da compressão espaço-tempo, da acumulação flexível e por espoliação, a metropolização que submete o campo e as diversas cidades às metrópoles centrais é uma ideologia, combatida com outras ideologias. É preciso desfazer esta confusão, ou, melhor ainda, atuar em favor da confusão. Lefebvre já era crítico da crítica. Se denunciava a crítica de direita como passadista, que oculta uma ideologia neoliberal, criticava também o que se apresentava como contraponto a esta crítica: “o movimento dos urbanistas antiurbanos [que] começou pouco tempo após a Revolução de Outubro” na URSS e a via chinesa, que traçava uma “hipótese estratégica segundo a qual os campos sitiariam as cidades, a guerrilha camponesa generalizada tomando de assalto os centros urbanos” (2019a, p.127-9). O que resta hoje no horizonte do mundo subdesenvolvido não vai muito além da introdução crescente do capital transnacional na produção do espaço das cidades mercantilizando-o paulatinamente. Há certa resistência que se apresenta – não sem razão – como anti-mercado, mas também, via de regra, a favor do Estado. Para Lefebvre, a crítica de esquerda deve ir “muito além de uma recusa do liberalismo ou do neoliberalismo [...] tal crítica só alcança o radicalismo recusando o Estado, o papel do Estado, a estratégia

⁶ Ver MARX, Karl. *A assim chamada acumulação primitiva*. In *op. cit.* pp. 785-833

do Estado, a política do espaço” (2019a, p.179). Esta resistência precisa ser referencial, traçar um objetivo, que não pode ser, senão, *urbano*. As cidades precisam ser desejadas como espaços emancipados de policentralidades, que reivindicam sua autonomia; a extensão de seu tecido urbano ao campo precisa desejar a criação de outro tecido urbano neste choque (conflito), que cria o urbano. A sociedade urbana como objetivo, evidentemente, supõe a cidade mundial (não o mercado mundial) como forma. Mas ela deve surgir com caráter emancipado em relação também ao Estado, o que supõe outra modificação na hipótese lefebvriana. A ‘sociedade burocrática de consumo dirigido’, objeto de análise para suas formulações sobre o cotidiano, é fruto de um Estado de bem-estar social, contexto extremamente específico e que coloca problemas na sua extensão. A emancipação em relação ao Estado, em direção a autogestão e a um poder popular, levando em conta uma realidade subdesenvolvida, da periferia do capitalismo, coloca questões importantes e necessárias. O paradigma urbano precisa ser construído desde o início *apesar* do Estado e, descobrir como fazê-lo num contexto de desigualdades aprofundadas, na cidade e no campo, constitui um desafio urgente.

c) As ilusões planificadoras: numa abordagem necessariamente *mundial* do espaço, apontar o *campo cego* no qual as tentativas de planificação estão inseridas, servindo à reprodução de capital e à segregação generalizada. Se a crítica radical se dá através da negação do Estado, ela não poderia escapar da negação da planificação, o grande instrumento utilizado pelo Estado para aplicar sua política do espaço. O urbanismo mascara as ideologias e instituições, mesmo “sem o saber, o urbanismo é um urbanismo de classe”, bloqueia “um horizonte, uma via, a do conhecimento e da prática urbanas”. Mas “nem tudo é negativo” no urbanismo, “às vezes, o discurso urbanístico se articula com o da prática urbana” (2019a, p.177-8). É possível que essa articulação só exista quando o urbanismo se desprende do nível M (misto, mediador, do Estado) em direção ao nível P (privado, do habitar). Contudo, a primazia do habitar, por um habitar que se torne mais forte que a metrópole, “exige a liberdade de invenção e o estabelecimento de relações inéditas entre o urbanista e o arquiteto, ficando a última palavra com a arquitetura” (2019a, p.105). Onde se encontram os arquitetos e urbanistas da realidade do mundo subdesenvolvido? Presos ao fetichismo e ilusões do mundo da mercadoria (consciente ou inconscientemente enfeitiçados). Presos em planificações que organizam a reprodução de capital, da forma urbana à forma jurídica; em produtos edificados que possibilitam a extração de mais-valia; presos à ideologia: na ideia fixa das ilusões potenciais de um desenvolvimento industrial da construção, na crítica anti-

neoliberal e anti-mercado, contra o privatismo. Nenhuma dessas direções representa emancipação e desenvolvimento social, em direção ao urbano (contra a metrópole). Quando presentes, arquitetos e urbanistas atuam no obscurecimento do urbano (a favor da metrópole). E quando ausentes? A massa autoconstruída das periferias e favelas da América Latina, que abriga a população que se instala precariamente nas metrópoles para tomá-las, superá-las, inverter o sentido da oposição como população urbana, não nos deixa enganar. Poderia estar aí o embrião da policentralidade, da autogestão, da explosão-implosão de relações urbanas (contra a metrópole), da iniciativa popular e primazia do habitar? Ao afirmar, naquele tempo, que na “América do Sul, os campos se esvaziam; os melhores entre os camponeses emigram em massa para os arredores de cidades já colossais”, Lefebvre percebe um fenômeno. Mas segue, dizendo que “não obstante, os objetivos da guerrilha urbana não parecem bem definidos (salvo novas informações) neste início do ano de 1970” (2019a, p.162). Meio século mais tarde, munidos de novas informações, poderíamos dizer que a guerrilha pode finalmente traçar objetivos bem definidos: contra a metrópole, a favor do urbano. A verificação desta hipótese e o engajamento possível de urbanistas é algo que convém explorar.

A devida compreensão do objeto exige, obviamente, uma totalidade que não se expressa nos pontos levantados aqui e nem é objetivo deste artigo. A caráter ilustrativo, esses apontamentos servem seu propósito para situar a problemática em alguma concretude que a tensione e a modifique, sem inviabilizá-la. As perspectivas possíveis para a compreensão do espaço não se dão sem um inerente caráter dialético que, neste caso, caminham a favor de uma perspectiva lefebvriana, mas contra uma perspectiva lefebvriana.

Referências bibliográficas

- GOTTMANN, Jean. *Megalopolis*. New York: XX Fund, 1961
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2019a
- _____. *De L'Etat*. Tome IV. Paris : Union Generale d'Editions, 1978
- _____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Edicions 62, 1978
- _____. *Espaço e política, direito à cidade II*. Belo Horizonte: UFMG, 2019b
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000
- _____. *Une pensée devenue monde: Faut-il abandonner Marx?*. Paris: Fayard, 1980
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2017
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ERRATA

- No artigo *Análise das alterações antropogeomorfológicas na Bacia do Rio Cabeça (SP) a partir do uso de geoindicadores*, de autoria de Melina de Melo Silva e Cenira Maria Lupinacci, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *O espaço de batalha urbana na cidade do Rio de Janeiro*, de autoria de Márcio José Mendonça, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A percepção ambiental enquanto ferramenta para pensar o meio no ensino de geografia*, de autoria de Aldeíze Bonifácio da Silva, Marcela Albino do Nascimento e Maria Francisca Jesus Lírio Ramalho, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, e no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Ensino-aprendizagem do saber religião em Geografia*, de autoria de Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador e Roseane Richele de Medeiros, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Técnicas de sensoriamento remoto para análise temporal do espelho d’água da Lagoa Grande na cidade de Sete Lagoas – MG*, de autoria de Fernanda Mara Coelho Pizani, Max Paulo Rocha Pereira, Matheus Miranda da Silva e Marcos Antônio Timbó Elmiro, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Geografia, escalas e a lua: do geocentrismo à ontologia*, de autoria de Jahan Lopes, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A favor da metrópole, contra a metrópole: uma perspectiva lefebvriana da contrarrevolução urbana*, de autoria de Renan dos Santos Sampaio, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No documento *Apresentação do dossiê de traduções: Neil Smith e a história da Geografia anglo-saxã*, de autoria de João Alves de Souza Neto, Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim e Larissa Alves de Lira, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Neil Smith, 1954-2012. Geografia Radical, Geógrafo Marxista, Geógrafo Revolucionário*, de autoria de Paulo Bomfim; Clarissa Cavalcante e Rosana de Campos Fernandes, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *“Guerra Acadêmica no Campo da Geografia”: A Eliminação da Geografia em Harvard, 1947-1951*, de autoria de Fernando José Coscioni, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *O novo mundo de Bowman e o Conselho de Relações Exteriores*, de autoria de Carlos Geraldino, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Geografia como museu: história privada e idealismo conservador em The Nature of Geography*, de autoria de Larissa Alves de Lira, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Por uma História da Geografia: Resposta aos Comentários*, de autoria de Rafael Augusto Andrade Gomes, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A geografia neocrítica, ou o mundo plano e pluralista da classe executiva*, de autoria de Breno Viotto Pedrosa, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A diversão da cultura a política da geografia cultural*, de autoria de João Souza, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas: Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”